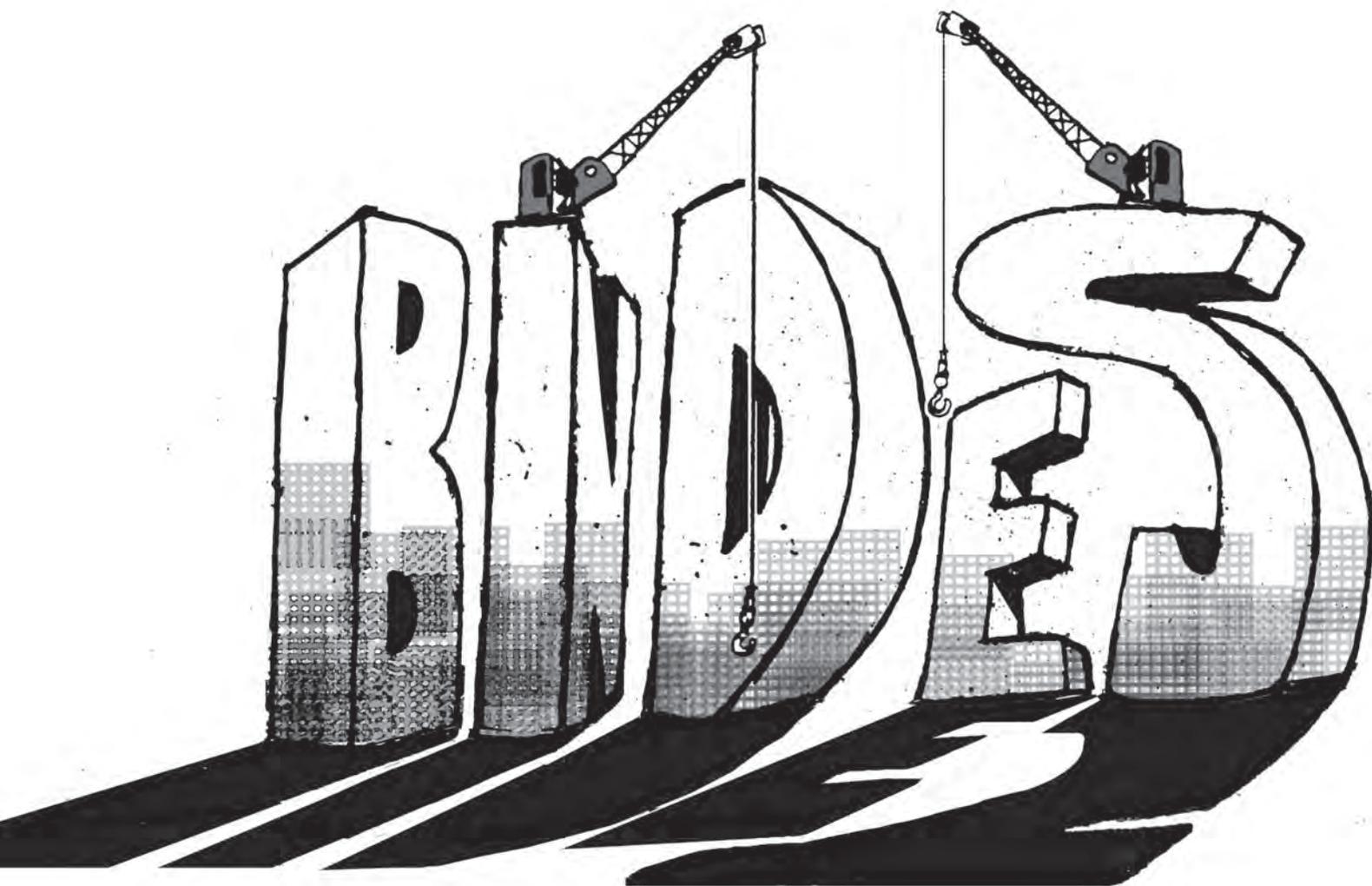


O papel do BNDES

Entrevista com Chico de Oliveira e artigos de Roberto Requião, Arthur Koblitz, Fabio Sá Earp, Luiz Carlos Delorme Prado, Ana Saggioro Garcia, Gabriel Strautman e João Roberto Lopes Pinto discutem a atuação do BNDES.



Vereador Paulo Pinheiro critica as OSs no setor de saúde; FPO e o orçamento das ações ligadas às chuvas de verão.

Editorial

O BNDES

■ O Conselho Editorial do JE escolheu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como tema desta edição. Um dos principais propulsores do desenvolvimento econômico do país, sobretudo no tocante à industrialização e criação de infraestrutura, orgulho de uma geração de economistas desenvolvimentistas, o BNDES encontra-se no centro de um acalorado debate que esta edição pretende aprofundar.

Na abertura do bloco temático, uma breve entrevista com o sociólogo Chico de Oliveira contextualiza a discussão ao apresentar as críticas à atuação do Banco, sempre ressaltado o exitoso papel histórico da instituição.

O primeiro artigo, assinado a seis mãos por Ana Saggioro Garcia, Gabriel Strautman e João Roberto Lopes Pinto, critica a política de concentração dos financiamentos do Banco em grandes grupos privados, sob a justificativa de promover as chamadas “campeãs nacionais”. Os autores afirmam ainda que o BNDES não exige contrapartidas sociais e ambientais nos financiamentos de magaproyetos e, portanto, é corresponsável por danos sociais e ambientais.

O debate de alto nível tem sequência com o artigo de autoria de Fabio Sá Earp e Luiz Carlos Delorme Prado, professores do IE/UFRJ, que se contrapõe à estratégia de certos setores de esquerda e do movimento social de processar judicialmente os gestores públicos do BNDES, tipicamente funcionários públicos assalariados que são obrigados a arcar com os custos de suas defesas. Os autores criticam a tentativa destes setores de paralisar o BNDES, via ações judiciais, dentro de uma visão antidesenvolvimentista.

No fechamento do bloco temático, um artigo do Senador Roberto Requião e do economista Arthur Koblitz aprofunda-se no fundamento teórico e na experiência internacional, sobretudo a asiática, da criação dos “campeões nacionais”. Os autores fazem uma avaliação majoritariamente positiva da estratégia, mas lamentam o fato de o BNDES não priorizar empresas tecnologicamente dinâmicas e não estabelecer contrapartidas e mecanismos de monitoramento destas exigências.

Fora do bloco temático, um artigo do vereador Paulo Pinheiro critica a terceirização no setor de saúde através das Organizações Sociais, contrapondo-se ao texto publicado na edição passada do JE, assinado pelo Dr. Gustavo Isolan, que descreveu uma experiência bem-sucedida de uma OS em um hospital no Estado do Rio Grande do Sul.

O artigo do Fórum Popular do Orçamento examina os recursos destinados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para as ações de prevenção e reparação de danos causados pelas chuvas de verão.

SUMÁRIO

- 3 Entrevista: Chico de Oliveira
“O BNDES deve saber lidar com o contraditório. É bom que o contraditório exista, senão a sociedade estaria submetida apenas às grandes forças econômicas. A fiscalização através da discussão pública é um avanço.”
- 4 BNDES
Ana Saggioro Garcia, Gabriel Strautman e João Roberto Lopes Pinto
Uma agenda democrática para o BNDES
- 7 BNDES
Fabio Sá Earp e Luiz Carlos Delorme Prado
A crítica da crítica
- 10 BNDES
Senador Roberto Requião e Arthur Koblitz
Política industrial, campeões nacionais e a atual política do BNDES
- 12 Saúde
Paulo Pinheiro
Privatizar não é a solução
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Todo ano a chuva tem data marcada para pegar o governo de surpresa
- 16 Economistas discutem planejamento de longo prazo na política econômica

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Sidney Pascounto da Rocha • **Vice-presidente:** Edson Peterli Guimarães • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2013-2015): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2013-2015): Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes e Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

“O BNDES deve saber lidar com o contraditório. É bom que o contraditório exista, senão a sociedade estaria submetida apenas às grandes forças econômicas. A fiscalização através da discussão pública é um avanço.”

Um dos fundadores do Cebrap em 1969, o sociólogo Chico de Oliveira é respeitado pela excelência intelectual, história política e pensamento econômico. Nesta entrevista, expõe sua visão sobre a atuação do BNDES.

P: Como você avalia o papel exercido pelo BNDES ao longo dos últimos anos? O Banco contribui para o desenvolvimento econômico e social do Brasil?

R: Pela metade. O Banco é muito importante, mas eu não gosto do fortalecimento de empresas que não são necessariamente voltadas para o desenvolvimento. Acho isso um pouco liberal demais. Mas as outras ações continuam a ser estratégias para o desenvolvimento.

P: O senhor se refere à política dos campeões nacionais.

R: Sim.

P: Existem alguns economistas que defendem que não se pode fazer grandes obras de infraestrutura que o país necessita sem os grandes grupos.

R: Tivemos o caso da Friboi. Eles são uma grande exportadora, tudo bem, mas porque precisam de dinheiro público? O Banco não está perdendo dinheiro, mas só isso não justifica. Essa história de que se não tiver grande empresa não tem obra de infraestrutura é conversa para boi dormir.

P: Houve casos de outros países que adotaram essa política dos campeões nacionais, como a Coreia do Sul, que foi um caso de sucesso.

R: A Coreia do Sul fez porque, se não fizesse, continuaria anã. Ali foi uma questão de não submergir frente à influência do Japão.

E foi debaixo do guarda-chuva dos Estados Unidos. Era um caso de sobrevivência. Não é o caso do Brasil, que tem muito mais margem de crescimento.

P: Como você avalia projetos financiados pelo BNDES que têm impacto ambiental, como Belo Monte? Esses projetos são necessários, devem ser financiados?

R: Devem sim; com todo o rigor possível do conhecimento científico-tecnológico sobre o meio ambiente, mas devem. Não faz sentido deixar isso desaproveitado. Já se conhece bastante sobre os riscos ambientais, a sociedade já não está tão amortecida.

P: Existe uma estratégia dos movimentos sociais organizados de parar alguns desses projetos entrando na justiça contra o BNDES. Como você avalia isso?

R: É contraditório. **É bom que essas organizações estejam contestando o BNDES. O que acontecia antes, e deu lugar a muitos desastres no Brasil, como, por exemplo, a Belém-Brasília, é que a sociedade não tinha posição sobre a questão ambiental. Hoje tem.** Essa posição vai contestar em muitos aspectos as obras do governo na Amazônia. Mas, primeiro, não tem a força para deter realmente todos os projetos; segundo, deve ser utilizada para aumentar o

rigor do próprio governo em relação ao impacto ambiental. É extremamente positivo, e é um avanço da sociedade.

P: De maneira geral, qual você acha que deve ser o papel do Banco? Que setores ele deveria financiar prioritariamente?

R: O Banco continua sendo extremamente importante. Dada a força que tem, pode direcionar estrategicamente vários setores da economia. Deve saber lidar com o contraditório. É bom que o contraditório exista, senão a sociedade estaria submetida apenas às grandes forças econômicas. **Quanto à desqualificação pessoal em relação aos gestores, eu não concordo. Pelo que eu conheço, são pessoas de bem, muito qualificadas do ponto de vista de seu campo de atuação, e até onde eu sei, não são direcionados por interesses esdrúxulos.** Mas a fiscalização através dessa discussão pública é um avanço.

P: Como você analisa a trajetória do BNDES desde a sua fundação?

R: Nossa, alguém deveria se dedicar a contar a história do BNDES. A contribuição é extraordinária e há pouca semelhança com outros países do mundo.

P: De certa forma, o fato de o Brasil ter um banco com essas características minimizou a chegada da crise econômica mundial aqui, amenizando inclusive a baixa taxa de investimento?

R: Sem dúvida. O BNDES foi criado exatamente porque a capacidade de investimento dos investidores privados era insufi-



ciente. Quanto mais você avança no processo de crescimento, mais necessário se faz aumentar a taxa de investimento. E o BNDES pode ser o indutor privilegiado dessa atuação. O Banco ajudou o Brasil nessa crise internacional.

P: Qual deve ser a participação do Brasil no sistema econômico mundial? Em que devemos nos especializar?

R: **O Brasil não precisa necessariamente se especializar. Temos um mercado interno. Ele precisa, antes, seguir os passos da nova complexidade do desenvolvimento econômico. Nossa capacidade de inovação é pequena. Aí um esforço do BNDES faz-se necessário.**

P: Existe uma crítica de alguns setores de que o Brasil e o BNDES teriam certo papel imperialista, sobretudo na América do Sul.

R: Esse é um risco sério. Temos que aprender com a nossa própria experiência de já termos sido submetidos ao imperialismo, tanto norte-americano quanto europeu, e em algum momento ao imperialismo japonês. Se a gente quiser, bota o dedo no suspiro e o Paraguai ou a Bolívia param.

Uma agenda democrática para o BNDES

■ Ana Saggiore Garcia*
Gabriel Strautman**
João Roberto Lopes Pinto***

Ao debater uma agenda democrática para o BNDES, partimos de três premissas, a saber:

1ª) Debater publicamente o papel de um órgão do Estado brasileiro que é o principal agente do financiamento ao desenvolvimento significa discutir os rumos e o projeto de país. A maioria das lideranças políticas e sociais parece ter abdicado disso em favor de agendas setoriais e fragmentadas, que atuam para esvaziar a política, entendida como espaço aberto ao conflito e à coordenação de visões e projetos distintos de sociedade. Ao mesmo tempo, tais segmentos tendem a compartilhar o “consenso” sobre termos alcançado um padrão de crescimento com distribuição de renda.

2ª) Queremos que o BNDES

seja, efetivamente, um poderoso instrumento de um projeto de desenvolvimento econômico e socioambiental, e não se oriente por uma subordinação às demandas de mercado ou ao chamado “fluxo de negócios”. Embora muitos analistas afirmem que o Banco apenas cumpre as orientações gerais do Governo, não apenas se sabe, mas também se espera – em razão da posição privilegiada em termos de conhecimento sobre os agentes econômicos –, que o Banco atue como formulador, um espécie de *think tank*, das estratégias de desenvolvimento para o país. Trata-se, pois, de assegurar a função e natureza públicas deste Banco.

3ª) É imperativo retomar e

aprofundar a interlocução social com o BNDES, tal qual iniciada pela “Plataforma BNDES”, que chegou a reunir diferentes organizações e movimentos sociais em torno de uma plataforma propositiva à direção do Banco, sobre os eixos da transparência; participação; critérios sociais e ambientais; e linhas de financiamento em favor da diversificação produtiva e energética, bem como da provisão de infraestrutura social. Vale dizer, o esvaziamento do processo da Plataforma BNDES reflete os riscos de neutralização da política e de sujeição do Estado às injunções de grupos pri-

vados, indicados nas premissas anteriores.

Na construção da pretendida agenda democrática, cabe, antes, pôr em questão o referido consenso “crescimento com distribuição” e o papel aí desempenhado pelo BNDES. Ao perseguir o que há de verdade em tal consenso, chega-se à conclusão que a atual melhoria na distribuição é insustentável pelo tipo de crescimento em curso, que reforça dinâmicas geradoras de desigualdades e negadoras de direitos. A atuação do BNDES em favor de um padrão de acumulação que *concentra e especializa* a economia



é reveladora neste sentido.

Embora seja fato o efeito anticíclico da atuação do BNDES no contexto recente da crise financeira, a concentração dos financiamentos do Banco em grandes grupos privados, sob a justificativa de promover as chamadas “campeãs nacionais”, leva ao processo massivo de concentração e centralização de capital, impulsionado por um instrumento público, caracterizando a oligopolização do capitalismo no país. Os grupos normalmente beneficiados – a exemplo de Gerdau, Votorantim, JBS/Bertin, Vale (Previ e Bradesco), Grupo EBX, Grupo Ultra, Oi/Telemar (Jereissati Participações e Andrade Gutierrez), Itaú/Unibanco/Petros, CSN/Grupo Vicunha, BRF (Votorantim, Petros e Previ), Camargo Correa/Rio Vermelho, Odebrecht/Kieppe Patrimonial, OAS –, alavancados em boa medida no contexto das privatizações dos anos 90, concentram-se hoje no setor de serviços (telefonía e bancário), infraestrutura e commodities (mineração, siderurgia, agonegócio e papel/celulose), na maioria dos casos voltados para o mercado externo. Tais setores e grupos são também os principais beneficiários das aplicações do BNDESPAR, empresa de participações subsidiária do Banco, que atua nas fusões e aquisições, em muitos casos trocando debêntures por ações nas próprias empresas endividadas. Desse modo, o Banco público se torna um sofisticado instrumento de acumulação.

Não por acaso, estas mesmas empresas representam a ponta de lança da internacionalização da economia brasileira, igual e largamente fomentada pelo BNDES em direção, particularmente, à América Latina, Caribe e África lusófona. A

estratégia de desenvolvimento concentrada nos setores de extração (petróleo, gás e mineração), de commodities agrícolas e de infraestruturas direcionadas para essas produções se reproduz também nesses países, acarretando concentração de riqueza, economias de enclave e conflitos sociais e trabalhistas. No Brasil, acrescenta-se, ainda, o movimento recente de muitos destes grupos, que ampliam seu leque de investimentos na direção da prestação de serviços públicos (transporte, saneamento, previdência, saúde e educação), por meio de concessões sob o regime das parcerias público-privadas, novamente sob o patrocínio do BNDES.

Se voltamos a atenção para os efeitos distributivos desta dinâmica, veremos quão insustentável e perverso é o atual padrão de crescimento econômico. A dimensão distributiva se concentra hoje sobre três pilares: os programas de transferência de renda, a geração de empregos e o acesso ao crédito.

Segundo estudo recente do professor Márcio Pochmann, do total das novas ocupações geradas na década de 2000, 95% tinham remuneração de até 1,5 salário mínimo. As novas ocupações se concentram no setor de serviços, construção civil e indústria extrativa, que representam setores privilegiados pelos financiamentos do Banco. Contudo, como se vê, são empregos de baixa remuneração e qualificação, incapazes de alcançar quem quer que seja à “classe média” e de conferir ao “mercado interno” a capacidade de sustentar um crescimento continuado. Ainda mais considerando que os investimentos públicos do lado da oferta se concentram nos setores exportadores.

Ao mesmo tempo, o governo se esforça no barateamento e



popularização do crédito como forma de reforçar o consumo, que tem como consequência o endividamento das famílias. Crediários que alimentam a indústria de bens de consumo duráveis, que, além de isenções fiscais, beneficia-se de financiamento do BNDES, embora seja um setor dominado por multinacionais, contrariando a propalada defesa pelo Banco das “campeãs nacionais”.

Constata-se, ainda, uma tendência da atual política social a se concentrar em programas de transferência de renda, notadamente o Programa Bolsa Família, por conta do quanto a focalização tem contribuído para o crescimento da renda dos mais pobres. Esta tendência à focalização das políticas sociais tem, como outro lado da moeda, o debilitamento dos sistemas públicos universais de saúde e educação. Sinal inequívoco e também vetor desta debilidade é a entrada já mencionada de grupos privados na provisão de serviços sociais básicos, como no caso de seguradoras de saúde que já ofertam planos mais baratos e de menor cobertura, mirando o mercado popular em expansão.

Ademais, não se deve perder de vista que o comprome-

timento do orçamento público com os encargos da dívida pública – cujos credores são muitos destes grupos –, bem como o próprio aumento do nível de endividamento para capitalizar o BNDES, representam a outra face deste crescimento. Um crescimento em que a maior fatia da distribuição da riqueza produzida vai para as mãos dos grandes grupos privados, em detrimento das políticas sociais.

Em síntese, relendo o consenso social “crescimento com distribuição”, o atual curso do desenvolvimento brasileiro combina perversamente uma elevada e crescente concentração econômica com uma distribuição marginal da renda, incapaz de assegurar direitos. Para além da subtração de direitos, o crescimento dos investimentos dos grandes grupos privados, traduzidos em megaempresendimentos, são geradores de uma sistemática violação de direitos humanos.

São empreendimentos que, invariavelmente, realizam uma apropriação e espoliação extensiva e intensiva de territórios, violando direitos das populações direta ou indiretamente atingidas. Os casos aí são numerosos, como o das Usinas Hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, de Belo Monte – que em abril de 2011 levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos a outorgar medidas cautelares contra o Estado Brasileiro requerendo a suspensão do processo de licenciamento e o impedimento do início de qualquer obra de construção da usina até que alguns requisitos mínimos para a proteção dos povos indígenas e comunidades afetadas fossem observados –, da Companhia Siderúrgica do Atlântico, do Complexo Industrial de Porto do Açú, do Complexo Petroquímico do Rio de Ja-

neiro, sem falar nas obras para a Copa do Mundo e Olimpíadas. Em favor destes megaprojetos, está em curso a flexibilização da legislação brasileira, por exemplo via reforma do Código Florestal, esvaziamento do papel do Ibama, reforma do Código de Mineração, além da desregulamentação da própria de lei de licitação, no caso da obras relativas aos megaeventos esportivos.

Para além de ser um dos principais vetores deste crescimento da concentração econômica no país, o BNDES não estabelece contrapartidas sociais, ambientais e sequer econômicas nos financiamentos que oferta, em condições amplamente favorecidas, para estes grupos realizarem seus empreendimentos. Desta forma, os financiamentos do Banco a megaprojetos concorrem para a expropriação de direitos das populações mais pobres.

A crítica ao padrão de desenvolvimento em curso é condição para que se possa vislumbrar, no caso do BNDES, onde estão os pontos sensíveis no sentido do resgate da dimensão pública deste Banco de desenvolvimento.

Política de Informação Pública

Para além dos efeitos estritamente econômicos, a brutal concentração da riqueza nas últimas duas décadas tem implicações políticas evidentes, particularmente no que se refere às estreitas e obscuras conexões entre agentes privados e a burocracia pública. Expor estas conexões ao conhecimento e debate públicos é condição para

que se possa contra-arrestar a possível captura do direito público pelo privado.

Cabe, pois, ao Banco efetivar uma política de divulgação de informações relativas ao Sistema BNDES. Em 2009, o Banco adotou o chamado “BNDES Transparente”, que dá publicidade parcial a projetos privados contratados a partir de 2008 e que não contempla os projetos fora do país. A não publicidade da totalidade da carteira de projetos é algo que fere o princípio constitucional da publicidade no uso do recurso público, bem como desrespeita a recém-aprovada Lei de Acesso à Informação. Nas informações disponíveis pelo “BNDES Transparente” estão de fora informações elementares sobre a classificação de risco ambiental e o valor total do projeto e as condições (taxas, carência e prazos) dos financiamentos.

Responsabilização efetiva sobre os riscos e danos sociais e ambientais dos projetos financiados

A corresponsabilidade ou responsabilidade solidária e, em alguns casos, a responsabilidade direta do agente financeiro em relação ao risco gerado pela atividade econômica é um dado de realidade, inclusive no âmbito jurídico e administrativo. Ao não assumir esta responsabilidade em seus procedimentos de análise e acompanhamento, bem como nos seus contratos de financiamento, de forma a evitar, corrigir ou compensar eventuais danos, o agente financeiro se torna tão responsável

quanto a empresa pelas violações de direitos humanos.

A adoção da “Política Socioambiental do Sistema BNDES”, em novembro de 2010, representa um inequívoco reconhecimento pelo Banco desta responsabilidade pelos riscos de atividades econômicas que financia. Contudo, há limitações evidentes na referida Política, marcada por orientações indicativas e ausência de mecanismos transparentes e efetivos de avaliação, controle e acompanhamento de impactos esperados dos projetos, bem como do cumprimento de eventuais condicionantes previstas nos licenciamentos.

A exigência do Banco se limita, na prática, a verificar se o projeto possui licenciamento, negligenciando outras exigências da Lei, como no caso da observância do cumprimento de condicionantes. Isso fica demonstrado no caso da Companhia Siderúrgica do Atlântico, no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, em que a alemã ThyssenKrupp recebeu o financiamento de R\$ 2,4 bilhões, sem que o empreendimento possuía até hoje Licença de Operação, exatamente por não ter ainda cumprido várias das condicionantes previstas na licença de instalação.

Outro caso, novamente na cidade do Rio, é a ação movida pelo Ministério Público Federal para suspender a licitação de concessão do Complexo do Maracanã. Na referida ação, o MPF alega que o BNDES, responsável pelo financiamento de R\$ 400 milhões para a reforma do Maracanã, não realizou uma análise prévia da viabilidade econômico-financeira da concessão, o que põe em risco a verba pública federal aportada pelo Banco. A ação do MPF põe em xeque a lógica meramente comercial do Banco, de que o importante é o resgate financeiro.

Política de diversificação produtiva e energética

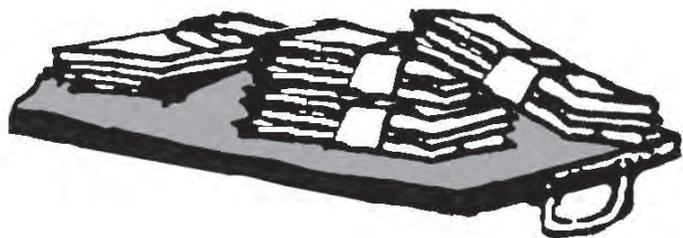
Como já dissemos em outro momento, imaginemos o potencial redistributivo que poderia ter o BNDES, fomentando projetos de diversificação produtiva e energética, valendo-se da enorme diversidade territorial brasileira, contribuindo para uma efetiva desconcentração e descentralização da riqueza, reduzindo desigualdades sociais e regionais. Para tanto, caberia ao Banco se mover não apenas sob a “demanda de mercado”, ou obedecendo ao “fluxo de negócios”, mas assumindo seu papel de banco de desenvolvimento, sendo indutor de projetos estruturantes de economias regionais. A dimensão espacial, territorial, deve ser um norte das ações por um desenvolvimento que esteja, de fato, comprometido com a prosperidade social, mais do que com as taxas de lucro das empresas.

Como afirma o economista argentino Aldo Ferrer, a prosperidade social depende de três fatores: elite dirigente relativamente autônoma das elites econômicas; capacidade de formulação de um pensamento crítico; e relativa coesão social, com instituições capazes de dirimir conflitos. Se estes fatores estão em boa medida ausentes, como parece ser o caso brasileiro, torna-se ainda mais inadiável e imperioso se retomar o debate sobre o papel do Estado nos rumos do desenvolvimento.

* Pesquisadora do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

** Pesquisador da Justiça Global.

*** Coordenador do Instituto Mais Democracia e professor do Departamento de Estudos Políticos da UNIRIO.



A crítica da crítica

Um debate sobre a política de desenvolvimento e a judicialização do papel do BNDES

■ Fabio Sá Earp*

Luiz Carlos Delorme Prado**

“No Brasil, de quinze em quinze anos, a gente esquece tudo que aconteceu nos últimos quinze anos.” (Ivan Lessa)

A discussão recente sobre desenvolvimento econômico no Brasil vem apresentando um grau de divergência entre setores que se consideram heterodoxos e de esquerda que não tem sido adequadamente explicitada. Por um lado, para vários setores da heterodoxia, é necessário aumentar o investimento econômico no Brasil, para sancionar os aumentos reais de salários e a melhoria de distribuição de renda observados na última década. Por outro lado, há uma parcela da esquerda que é cética à necessidade de aumento do crescimento e atua politicamente contra políticas públicas que promovam o aumento do investimento no país. Um exemplo desta última abordagem é publicação *Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza*¹. Como esse é um trabalho representativo da visão cética da necessidade de aceleração do crescimento econômico, entendemos ser oportuno discutir algumas questões levantadas pelo documento, que, em nossa opinião, são equivocadas, sobre a ideia de desenvolvimento, o papel do BNDES e, principalmente, sobre uma estratégia de luta política por ele defendida: a judicialização do debate e implementação de políticas de desenvolvimento.

Defendemos, na nossa crítica, uma agenda de desenvolvimento com o uso responsável dos recursos não renováveis e com as preocupações legítimas quanto ao aquecimento global, mas que seja compatível com a luta histó-



rica de promoção do desenvolvimento, ou seja: do crescimento com mudança estrutural.

Para dar um exemplo, em um país como o Brasil, em que o consumo de energia elétrica *per capita* (em kWh, no ano de 2010) é de apenas 9% do consumo *per capita* na Noruega, 16% do da Suécia e do Canadá, 24% do da Coreia e 27% do da Alemanha e da França, não é possível imaginar crescimento sem que alguns indicadores, como esse, se aproximem dos padrões dos países mais desenvolvidos.² O BNDES é uma instituição que tem papel fundamental no financiamento da infraestrutura e no investimento de longo prazo da indústria do Brasil e, dessa forma, contribui para reduzir indicadores como o citado e outros, que sinalizam o atraso da economia brasileira em comparação com os países industriais avançados. Como qualquer ou-

tra instituição, esse Banco pode e deve estar sujeito a críticas, e é claro que sua atuação, algumas vezes, implementou políticas que não necessariamente contribuíram para resolver vários problemas brasileiros. No entanto, as eventuais discordâncias com suas políticas não podem ser justificativa para que grupos (não importa qual interesse aleguem defender) promovam ações que levem à sua liquidação ou paralisia.

Por isso, consideramos preocupante o objetivo explícito do documento de tentar parar a capacidade de atuação do BNDES através de ações judiciais que levem à “corresponsabilização e responsabilização judicial do BNDES”.³ A ideia é “comprovar a responsabilidade judicial do BNDES pelas violações de direitos dos trabalhadores e das populações atingidas pelos empreendimentos

financiados pelo Banco.”⁴ Pretendem assim – se forem bem sucedidos, onde os liberais fracassaram – liquidar um instrumento de promoção do desenvolvimento brasileiro que foi construído através de gerações, e com a ajuda e apoio de vários importantes economistas da esquerda brasileira, Celso Furtado à frente de todos. O projeto representado pela publicação é adversário da luta pelo desenvolvimento – que, aliás, está na base da atuação do Corecon-RJ nos últimos vinte anos.

Como acertadamente informa o documento, os recursos do BNDES têm quatro fontes principais: (i) os recursos do FAT, que é a principal fonte de financiamento; (ii) os retornos dos créditos concedidos; (iii) os ganhos com aplicações e participações e os (iv) repasses do tesouro. Denunciam os autores que esses recursos são empres-

tados preferencialmente aos grandes grupos brasileiros. Tais considerações obrigam-nos a fazer duas perguntas:

Os signatários do documento creem que não precisamos de energia elétrica, rodovias, ferrovias, marinha mercante, saneamento, urbanização e metrô. Ou seja, estas são obras suntuárias supérfluas?

Creem que é possível realizar essas obras, que são caracterizadas por elevadas economias de escala com o uso exclusivo (ou majoritário) de pequenas empresas? Eles são favoráveis que sejam realizadas por empresas transnacionais?

É impossível, no espaço reservado a este artigo, fazer uma análise detalhada dos diversos capítulos da publicação – que trata de questões variadas e é heterogênea em qualidade técnica. No conjunto, nossa principal crítica é o fundamento que norteia a publicação: uma tentativa de mostrar que as posições divergentes daquelas dos autores na política de projetos financiados pelo BNDES são violações de direitos – e como tal devem ser tratadas e denunciadas. Portanto, procuram fundamentos para atacar, com ações judiciais, uma instituição pública para impor uma agenda política – e como não há responsabilidade penal de pessoas jurídicas, mas apenas de pessoas físicas – o resultado é um movimento que pretende ameaçar com processos legais os gestores públicos.

Tal concepção é essencialmente antidemocrática. Não se pode confundir divergência de opinião com crime. Visão política diferente não é um crime – tentar imobilizar o adversário, particularmente se for um funcionário público que vive de salário e pode ser obrigado a pagar de seu próprio bolso sua defesa, no caso de uma ação judicial usada irresponsavelmente como uma arma na luta política, não é aceitável.

Consideramos a tática de luta política defendida pelo documento como antidemocrática. A responsabilização (administrativa e penal) dos gestores públicos, no caso do BNDES, como forma de luta política é inaceitável. No limite, obrigaria muitos economistas a buscar assistência jurídica para não serem submetidos a um processo judicial por crime de opinião. Os inimigos da instituição usariam a imprensa para manchar suas biografias. Eles sabem, também, que nesses casos não há defesa possível – a publicidade é sempre negativa e parcial e os prejuízos à imagem são definitivos.

Mas além de discordarmos da política, discordamos das ideias sustentadas pelo documento. Não é de hoje que muita gente se sente incomodada com o BNDES. Este foi criado, na década de 1950, para viabilizar investimentos de infraestrutura no Brasil. Ele é o último sobrevivente dos grandes bancos de desenvolvimento que conduziram a industrialização dos países emergentes e foram destruídos pelo liberalismo dos anos 90. A ausência de instituições similares explica porque países como a Argentina têm tanta dificuldade para levantar recursos em setores-chave da economia, como petróleo. Sua presença no Brasil explica porque temos ultrapassado, com relativa facilidade, as crises econômicas recentes e porque somos o único país ao Sul do Rio Grande que tem capacidade de realizar grandes investimentos domésticos sem depender de fontes de financiamento externas.

Atualmente o BNDES empresta quase três vezes mais recursos do que o Banco Mundial, a taxas abaixo daquelas praticadas no mercado. E, apesar de ser reiteradamente acusado de fazer empréstimos subsidiados, uma vez que sua taxa de juros básica (a TJLP) é inferior à Se-

lic, o BNDES é uma instituição financeira lucrativa, pagando elevados dividendos ao Tesouro. Sua ação evitou que a taxa de investimento brasileira fosse ainda menor durante o longo período em que a prioridade da política econômica era a estabilização e convivíamos com moeda valorizada e taxas de juros estratosféricas.

Que o nosso único banco de investimento fosse atacado pelos banqueiros privados, que sempre ambicionaram administrar os recursos do FAT e impor seus elevados *spreads* aos tomadores desses recursos, nunca foi surpresa. O fato novo é que nos últimos tempos vêm aumentando os ataques vindos de setores da esquerda, que alegam serem defensores dos direitos humanos e do meio ambiente e, portanto, adversários do aumento progressivo da escala dos investimentos realizados por grandes grupos econômicos. Na visão desse movimento, toda grande empresa é em princípio culpada de comportamentos condenáveis, cabendo igualmente ao suspeito provar sua inocência.

A união tácita da direita liberal, adversária histórica das políticas de desenvolvimento no Brasil, com uma esquerda antidesenvolvimentista, caracterizada pela desconfiança do crescimento, vem trazendo consequências importantes para o debate político e a agenda econômica no país. Na falta de grandes bandeiras, agora o debate político se restringe ao denunciamento. Qualquer investigação recebe grande cobertura da mídia, cobertura essa que se repete nos casos de condenação. Quando se apura a inocência do acusado, a notícia sai em umas poucas linhas, em uma página interna dos jornais, sem sequer chegar à televisão.

Promove-se uma inversão total da tradição jurídica, que impõe ao acusador apresentar provas do suposto crime cometido. Usam-se argumentos que

são, em princípio, justos:

- por um lado, historicamente, há no Brasil práticas políticas clientelistas, empreendidas por grupos de interesses que controlam aparatos do Estado e, em muitos casos, essas ações combinam-se com diferentes formas de corrupção;
- no Brasil, muitas grandes empresas beneficiaram-se de marcos regulatórios frágeis, de pouca fiscalização e de acessos privilegiados ao poder para aumentar seu poder de mercado e beneficiar-se de práticas *rent-seeking*.

Essas práticas devem ser combatidas no Brasil pela aplicação republicana da lei, por marcos legais claros, por instituições fortes e pela transparência em questões de interesse do país. Práticas ilegais devem ser penalizadas – na esfera administrativa e/ou na esfera judicial.

Não se pode confundir, porém, diferenças de opinião – e/ou políticas econômicas distintas – com práticas ilegais e violações de direitos, onde seus responsáveis devem ser processados e penalizados. Comportamento ilícito e discordância científica ideológica não são a mesma coisa. Não é ético acusar um adversário de ilicitude para substituir a própria incapacidade de combater um conjunto de políticas econômicas usando a



arma da crítica – e não a ação judicial como arma.

A defesa exaltada da moralidade (combate à corrupção) ou o combate aocapitalista explorador, moralmente corrupto (portanto, uma distorção moral e não estrutural), têm sido historicamente usados por movimentos de direita. No Brasil recente, isto ocorre em função de uma conjuntura política específica, de falta de projetos políticos e econômicos alternativos ao *status quo* e da sensação de que é impossível mudar a política pelo caminho democrático – ou seja, pela vitória eleitoral.

Esse ambiente deixa acudados os gestores públicos, que são na sua imensa maioria honestos e dedicados, comprometendo seriamente a atividade governamental e, em especial, o investimento público. Uma famosa estratégia conservadora para reduzir o tamanho do Estado nos EUA, defendida pelos Republicanos, ficou conhecida como “*starve the beast*” – ou seja, reduza os impostos para obrigar o Estado a reduzir sua intervenção⁵. A atual estratégia dos conservadores brasileiros – com a importante ajuda da esquerda regressista – é “imobilize a besta”, ou seja, impeça o Estado de atuar, acuando-o com denúncias (verdadeiras ou falsas), com ações judiciais intermináveis e com ameaça de controles

excessivos (e irracionais) dos gestores públicos.

Não é nosso objetivo criticar os movimentos sociais – nos quais temos longa militância; nem a atuação das ONGs – sendo que com algumas delas temos longa história de colaboração; nem fazer considerações pessoais ou desrespeitosas a esses setores, que têm toda a legitimidade de defender sua visão de mundo e sua agenda política para a sociedade brasileira. Nós apenas, na tradição do debate científico, consideramos equivocadas posições que, a nosso juízo, divergem profundamente da tradição da esquerda, a qual alguns desses setores consideram pertencer.

Porque é necessário crescer? Porque para melhorar a qualidade de vida da população é necessário ter capacidade de produção para sustentar a demanda por bens públicos e por bens de consumo da população. Aumento do padrão de vida implica melhoria de transporte público, da oferta de saúde, de educação, de meios de informação e comunicação. Para isto, precisamos de mais matérias primas, mais produtos agrícolas, mais energia, mais indústria e, acima de tudo, mais pessoas educadas, capacitadas e mobilizadas para a obtenção desses produtos. E também precisamos de receita de divisas (para importar o que não é possível e ou conveniente produzir no país) e de geração de renda doméstica, para que o Estado possa tributar e, portanto, investir, transferir e distribuir.

A visão de que o crescimento econômico não é necessário nem desejável é incompatível com o projeto histórico daqui-

lo que chamamos de esquerda. Desde o século XIX, a tradição da esquerda tem como princípio norteador a defesa do crescimento econômico, desde que a serviço dos interesses dos trabalhadores. Esta tradição orgulhava-se de estar baseada na razão – a mobilização das massas para a construção do futuro. Os inimigos mais virulentos da esquerda eram forças conservadoras que contrapunham os ideais da razão à força mobilizadora da emoção – esses viam os intelectuais com suspeição e o desenvolvimento como uma ameaça ao estilo de vida tradicional. Os trabalhadores, ao contrário, queriam mudança, queriam ter acesso a bens de consumo como outros setores da sociedade, queriam, além de comida, diversão e arte...

Nesse início do século XXI, vemos a organização de grupos que se consideram de esquerda, mas são assumidamente antidesenvolvimentistas. Condenam o progresso técnico e os padrões de consumo atuais, em nome de um desenvolvimento supostamente mais equilibrado. Novamente, somos favoráveis a um crescimento sustentável, mas não podemos concordar com um padrão tecnológico regressista. É claro que devemos ajustar essas necessidades à realidade ambiental – por exemplo, não podemos basear a sociedade moderna exclusivamente no uso de automóveis e no transporte privado, mas no transporte público de massa. Mas esses setores têm direito a acesso a geladeiras, computadores, televisores, máquinas de lavar, fornos elétricos e, inclusive, ar condicionado, como qualquer cidadão de classe média. Além disso, eles têm direito de ter acesso a saúde de ponta, que usa aparelhos eletrônicos sofisticados para diagnóstico e tratamento. Nessa linha, devem ter direito a toda a gama de remédios produzidos pela moderna biotecnologia, que usa tecno-

logia de ponta em áreas como química fina e nanotecnologia.

A visão antidesenvolvimentista de uma esquerda cética do crescimento tem o resultado prático de negar aos mais pobres o acesso aos bens de consumo do mundo contemporâneo, em nome de uma ordem utópica e puritana. Porque não conseguem apoio da população para sua agenda, parecem agora querer recorrer à judicialização para tentar parar a capacidade de investimento brasileira. Se for possível imobilizar o BNDES, esses grupos conseguirão concretizar o que os liberais fracassaram na década de 1990 – acabar com o principal instrumento do Estado brasileiro para a promoção do desenvolvimento. Se esse movimento for vitorioso, sua principal herança será uma parcela de culpa pela estagnação econômica e o aumento do desemprego, com o conseqüente crescimento da miséria e da pobreza na população que alegam defender.

* Professor do IE-UFRJ. Doutor em Economia pela UFRJ e pós-doutor pela USP. Foi diretor do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro. É professor de Economia Brasileira há 35 anos, tendo lecionado na PUC, na UERJ e na UFF.

** Professor do IE-UFRJ. Graduado em Economia e Direito. PhD em Economia pela Universidade de Londres. Foi presidente do Conselho Federal de Economia e do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Foi também assessor da diretoria do BNDES, conselheiro do Cade e professor do Instituto Rio Branco. Colaborou com o PACS na década de 1980 e, nos últimos 20 anos, colaborou em diversas ocasiões com a Fase e o Ibase.

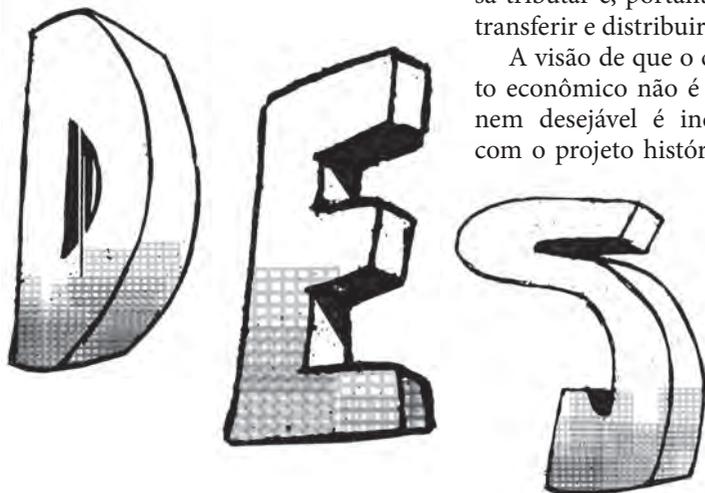
1 A referência completa é PINTO, João Roberto Lopes, *Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza*. Rede Brasil, Brasília, 1ª Edição, 2012.

2 Calculado a partir de dados de KWh *per capita*, a fonte é o Banco Mundial, sítio <http://data.worldbank.org/indicador/EG.USE.ELEC.KH.PC> acessados em 22/01/2013.

3 Ver, Pinto, 2012, op.cit. p.9.

4 Ibid.

5 Ver sobre esta estratégia o artigo de Michael J. New na publicação conservadora *Cato Journal*, Vol. 29, No. 3 (Fall 2009): “Starve the Beast: A Further Examination”.



Política industrial, campeões nacionais e a atual política do BNDES

■ Senador Roberto Requião*
Arthur Koblitz**

Um dos temas mais característicos e polêmicos da recente gestão do BNDES é a tão falada política de apoio ou de criação dos “campeões nacionais”. O debate tem ocupado as páginas dos jornais nos últimos anos, mas como comenta João Roberto Lopes Pinto no *Jornal dos Economistas* (fevereiro/2013), “não há sequer um documento oficial do Banco [BNDES] que explicita, para além do discurso, este objetivo e quais seriam as estratégias e os setores beneficiados”. Essa constatação em si, é uma das mais graves acusações sobre a política de apoio aos campeões: a sua falta de transparência. Na falta de documentos sistemáticos, examinamos alguns pronunciamentos representativos a seu favor.

Em entrevista à *Veja* (27/07/2011), o professor Coutinho responde ao questionamento da legitimidade da estratégia de criação de “campeões nacionais”, reafirmando a importância da criação de empresas com capacidade de competir em termos globais. Além disso, essa estratégia estaria amparada na experiência internacional: “todas as grandes economias em desenvolvimento têm suas grandes multinacionais... É justamente esse processo que estamos tentando acelerar.” Em seguida, o professor se defende da acusação de que o BNDES es-

taria “escolhendo os vencedores”, afirmando que “Isso é uma falácia. As grandes companhias que nos pedem financiamento já são vencedoras – não foram forjadas pelo BNDES. ... Tudo o que fazemos é apoiar esses grupos, como o objetivo de contribuir para o aumento do volume de investimento na economia”.

A professora Maria Conceição Tavares, em uma entrevista à *Folha de São Paulo* (12/09/2010), defendendo a política do BNDES, não tem receio em assumir a correção da política de “escolha de vencedores”. A professora afirma que o professor Coutinho “tem a visão do que aconteceu na Ásia, no Japão, na Coreia, do *picking winners*, que tem que escolher as empresas vencedoras para elas sejam competitivas lá fora, para que elas se internacionalizem com poder de mercado”.

Recentemente o diretor da BNDESPar, Júlio Raimundo, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, se posicionou aparentemente negando que seja uma política do BNDES fomentar os campeões nacionais; nas suas palavras, ele procurou desmontar o que chamou de “mito do campeonato nacional”. Logo em seguida, entretanto, o diretor defendeu as intervenções do BNDES em apoio à JBS e à Mafrig, alegando que essas

empresas mudaram seu patamar de competitividade e estão mais internacionalizadas em função desse apoio. Ou seja, o diretor defendeu o que tanto o presidente do BNDES quanto os críticos do BNDES consideram a política de apoio aos “campeões nacionais”.

Existe, aparentemente, um razoável grau de confusão entre os que apoiam a atual política adotada pelo BNDES. *Picking winners*, campeões nacionais, são ou não parte da política industrial do país? Deveriam ou não ser? Podemos justificar nossa política de apoio a campeões nacionais simplesmente sugerindo que elas estão ancoradas na “melhor prática” internacional da política industrial? Será que a política brasileira segue as lições aprendidas na Ásia?

A expressão “escolher os vencedores” (tradução do in-

glês *picking winners*) é pejorativa. Trata-se de uma caracterização crítica da política industrial como é normalmente entendida, ou seja, formas de apoio governamental diferenciado a setores industriais específicos. O termo sugere que ao escolher os vencedores o governo não estaria deixando a concorrência im- pessoal do mercado operar, concorrência essa que seria capaz de escolher verdadeiros vencedores, dignos desse título. Ao se intrometer na operação das forças de mercado o governo estaria, portanto, distorcendo os resultados que seriam “naturalmente” obtidos via mercado. A noção de apoio a campeões nacionais, por sua vez, pressupõe que o vencedor tem que ser uma empresa de capital nacional. A questão que esse apoio aos campeões nacionais coloca é:



que diferença faz para o desenvolvimento econômico o controle nacional de determinados setores industriais?

Em defesa da política industrial, ou seja, contra o argumento de que políticas industriais seriam “distorcivas”, o professor Stephen Cohen, de Berkeley, especialista em planejamento econômico, em seu último livro em colaboração com Brad DeLong, *The End of Influence*, argumenta ironicamente que “escolher indústrias vencedoras não é difícil, até mesmo para governos”. Indústrias escolhidas para “promoção seletiva” por governos são em grande medida as mesmas que bancos de investimento e outros analistas do mercado escolhem.

De forma convergente, o economista Josef Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia em 2001, no seu artigo *Some Lessons from the East Asian Miracle*, de 1996, conclui que as políticas industriais altamente ativistas dos países do leste asiático revelam capacidade de escolha. Os erros que existiram foram amplamente superados pelos acertos, podendo ser interpretados como acidentes inevitáveis em qualquer política que assume riscos. Além disso, os setores escolhidos foram aqueles de alto impacto tecnológico sobre o resto da economia.

Se não há nada de errado em escolher os setores industriais, se a experiência internacional revela que governos são capazes de fazer boas escolhas, a questão seguinte é como se deve fazer isso de forma bem-sucedida. Segundo Alice Amsden, professora do MIT e autora de um dos livros mais conhecidos e importantes sobre o desenvolvimento da Co-

reia do Sul (*Asia's Next Giant*, de 1989), “enquanto subsídios podem ser uma condição necessária para a expansão industrial, eles não são suficientes. Países devem alocar subsídios de forma disciplinada, sob o que pode ser chamado de um mecanismo de controle recíproco”. Por esse mecanismo de controle a professora entende “um conjunto de instituições que disciplina o comportamento econômico com base em feedback de informações que foram percebidas e avaliadas”. A concorrência de mercado é um mecanismo que pode cumprir esse papel, mas não é o único, defende Amsden. O subsídio a setores acompanhado da exigência do cumprimento de metas de exportação é um exemplo de um mecanismo de controle recíproco. Os países em desenvolvimento que experimentaram experiências bem-sucedidas no pós-guerra conseguiram desenvolver mecanismos alternativos como esse.

O tema da nacionalidade das empresas é sustentado como de grande importância pela professora Amsden. Apenas campeões nacionais poderiam se tornar veículos para a pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos realmente novos. Note-se que, desse ponto de vista, a questão do campeão nacional vincula-se à questão do progresso técnico, reforçando a lógica, já presente nas justificativas anteriores para a “escolha de vencedores”, de que estamos tratando de empresas e setores associados a oportunidades importantes de inovação.

Que conclusões podemos tirar da breve resenha acima? As políticas de “escolha de vencedores” e de apoio a campeões nacionais parecem opções alta-

mente defensáveis. Dado o estado atual da pesquisa econômica, exigir consenso é querer demais. Ao mesmo tempo, essa resenha não autoriza que a prática brasileira possa ser defendida apenas como a reprodução da “melhor prática” da política industrial internacional. Se não, vejamos:

1) os setores dos campeões nacionais brasileiros não parecem estar relacionados a setores tecnologicamente dinâmicos;

2) o apoio não parece vir acompanhado de nenhum acordo quanto a contrapartidas ou contar com mecanismo de monitoramento do cumprimento das contrapartidas;

Além desses dois pontos, para entender a política do BNDES, deve-se levar em conta que a instituição continua a operar como um aliviador de última instância das empresas, em particular das grandes empresas, feridas pela política macroeconômica do país. A atuação do BNDES não pode ser analisada de forma isolada do contexto macroeconômico dos últimos 30 anos. Algumas das operações pró-campeões tiveram declaradamente caráter reativo, emergencial. São frutos da prática “hospitalar”, iniciada com a crise da dívida dos anos 80, de atendimento de grandes empresas em situações difíceis.

É sintomático que os exemplos de mecanismo de controle recíproco estudados pela professora Amsden no livro *Rise of the Rest*, de 2001, incluam a prática do BNDES prevalecente nos anos 70 e parte dos 80. Talvez essa seja a lição mais importante: não estamos lidando aqui com alguma prática política e institucional que nunca fomos capazes de articular, mas de

uma habilidade perdida no passado recente. Não precisamos apenas recorrer a exemplos externos para encontrar novos caminhos. Se o Brasil dos anos 50 e 70 foi capaz de ações que são tidas como exemplos internacionais, como explicar que o Brasil do século XXI não tenha como enfrentar a atual situação?

Tentando explicar a crescente disjunção entre o discurso liberal e a prática intervencionista dos países emergentes, a partir dos anos 80, Amsden identifica na sua raiz a consciência dos países emergentes de que as práticas intervencionistas necessárias para o desenvolvimento se chocavam com o “ethos da globalização” e inclusive com interesses privados internos. Amsden dessa forma explica o “comportamento clandestino” que resulta dessa disjunção e aponta para seu risco: “a ausência de uma estratégia explícita de crescimento para guiar a tomada de decisão, mobilizar apoio popular, justificar as operações, e contratar novas demandas externas por políticas contrárias aos interesses nacionais”. Nesse jogo de falta de clareza estratégica da atuação, os perigos são muitos, inclusive o da cooptação por interesses particulares poderosos. Uma instituição como o BNDES é um patrimônio fundamental para o Brasil. É preciso salvar o BNDES de se tornar a caricatura que os economistas liberais fazem da participação do Estado na Economia, e colocá-lo definitivamente na direção do nosso progresso.

* Senador pelo Paraná, foi governador do estado no período de 2003 a 2010.

** Doutor em Economia pelo IE/UFRJ.

Privatizar não é a solução

■ Paulo Pinheiro*

Está em pauta, na atual crise da saúde, a divergência de posições entre tratá-la como bem público ou como bem de consumo. Que a situação da saúde encontra-se em estado deplorável é fato. Embora a propaganda dos governos tente nos convencer que dispomos de um serviço de saúde de padrões escandinavos, basta visitar os corredores das unidades hospitalares, cheios de pacientes em filas de espera devido à superlotação e à falta completa de pessoal, que a realidade da saúde oferecida ao cidadão fluminense se torna evidente. É ponto pacífico que a saúde pública é o grande problema do Rio de Janeiro, mas a divergência sobre como proceder para saná-lo não poderia ser maior.

É importante que o leitor compreenda que a política de saúde da atual gestão do Município do Rio de Janeiro é uma estratégia de repasse de recursos para segmentos específicos da iniciativa privada em troca da tão falada governabilidade. Está absolutamente incorreta a visão que o funcionário público da saúde é desqualificado e que por isso a Prefeitura deve en-

tregar a gestão da saúde à iniciativa privada, às chamadas Organizações Sociais. Os fatos demonstram o contrário, pois estes mesmos funcionários se licenciam do serviço público para serem contratados pelas unidades hospitalares cuja gestão é terceirizada, em busca de salários bem mais altos. O mesmo funcionário que não exerce sua função no serviço público vai exercê-la no setor privado.

Dirão então que a iniciativa privada tem melhor capacidade de remunerar seus funcionários, mas a verdade é que essa situação se deve a uma política de recursos humanos absolutamente equivocada por parte da Secretaria de Saúde. Em qualquer unidade hospitalar da cidade é possível encontrar um grupo de médicos concursados ganhando R\$ 2 mil por mês para trabalhar 24 horas e, no mesmo lugar, médicos terceirizados ganhando R\$ 6mil pela mesma carga horária. É evidente que isso resulta em funcionários desmotivados, que não permanecem no serviço público, acarretando alta rotatividade. Os médicos estão ficando de três a quatro meses em cada hospital, quando partem em busca de outro salário, porque aquele hospital não lhes proporciona nada.



É verdade que o servidor público da saúde é mal remunerado e que não há grandes perspectivas de carreira nessa área, mas isso é uma opção política do governo. É fundamental criar um plano de cargos e salários, de forma a introduzir o mérito e a perspectiva de ascensão. Um jovem concursado começaria seu caminho ao topo. Assim, o aumento salarial acompanharia um aumento na capacidade e no tempo de serviço, o que induziria maior adesão do profissional à unidade e ao trabalho que desempenha. No entanto, não é necessário que isso seja feito passando a gestão da saúde à iniciativa privada. É minha opinião que, ao fazê-lo, o poder público se exime de sua responsabilidade. Nós nos transformamos de pacientes a consumidores,

então, em vez de sermos regidos pelo Código de Ética Médica, estamos sendo regidos pelo Código do Consumidor.

Eu fui um dos dez vereadores que votaram contra a lei das OSs em 2009 e, com o auxílio do Tribunal de Contas, constatei que essas instituições não exercem o trabalho gerencial a que se comprometeram. Não estão comprando mais barato, nem alocando os médicos onde é necessário. Há carência de profissionais nas Clínicas da Família, há UPAs sem médicos, há contratação sem concurso público; ou seja, estamos gastando muito dinheiro com a opção de terceirizar a gestão pública e o resultado não está sendo satisfatório. Recentemente, derrubamos o veto da Prefeitura à lei que torna obrigatória a utilização do banco de concursados da Área da Saúde para o preenchimento de vagas nas contratações de pessoal para a prestação de serviços nas OSs encarregadas da gestão das unidades de saúde do Rio. Embora discordemos da utilização das OSs para a gestão da saúde, é inadmissível que sejam contratados indivíduos fora de concurso pelas OSs enquanto há uma fila de funcionários concursados aguardando convocação. É válida a preocupação

daqueles que raciocinam na lógica privada que a burocracia e a legislação engessam a gestão pública, mas a lei das licitações existe para evitar a apropriação indébita de recursos públicos por entes privados. As OSs, ao driblarem a referida lei, abrem espaço para o beneficiamento privado indevido, que onera os cofres públicos e prejudica o bom funcionamento da democracia. Recentemente, descobri que os Tribunais de Contas não investigam contratos celebrados entre OS e outras entidades de caráter privado; ou seja, o dinheiro público é repassado às OSs, que o repassa para outras organizações privadas, as quais o poder público não pode investigar. Fragmenta-se a privatização com a terceirização, criando-se uma cortina de fumaça e um escoadouro dos recursos públicos.

A lentidão da lei das licitações não se torna prejudicial ao bom funcionamento das unidades hospitalares com um simples fator: planejamento. É evidente que a forma como a saúde vinha sendo gerida não era eficaz nem satisfatória, haja vista a péssima condição dos serviços de saúde oferecidos à população. Entretanto, demonizar o serviço público e advogar pela privatização da saúde, que nos moldes do atual governo ocorre por meio da terceirização, é uma alternativa po-

lítica em desacordo com nossos ideais. A gestão pública da saúde pode sim ser feita de forma exemplar, mas isso envolve planejamento, responsabilidade, comprometimento e participação. O que está em questão nessa discussão é qual a forma mais correta e eficiente de sanar o caos da saúde pública e eu não acredito que seja entregando-a à iniciativa privada.

É fundamental modificar o arcabouço jurídico e estabelecer um novo regime de governança na saúde, inovando os arranjos organizacionais do Sistema Único de Saúde, tornando-os mais transparentes e menos burocráticos. Embora o processo de descentralização federativa na saúde tenha sido extremamente positivo, seus avanços não incentivaram as condutas orientadas à eficiência, qualidade e transparência das informações dos sistemas municipais de saúde. A baixa responsabilização administrativa no regime de governança hierarquizado contribuiu para a estagnação da administração pública hospitalar, uma vez que organizações e dirigentes são protegidos do julgamento dos usuários sobre a qualidade dos serviços e do monitoramento social. Também o formalismo legal foi pernicioso, pois se concentra no controle de procedimentos, não de resultados.

A nova governança deve responsabilizar gestores; estabelecer critérios específicos, claros e mensuráveis para desempenho da organização; ampliar a estrutura de supervisão, monitoramento e avaliação instituída; introduzir a competição administrada entre as unidades, de forma a incentivar seus gestores por incentivos financeiros a cumprir metas; e desenvolver um eficaz sistema de informação para a tomada de decisão. Um sensato processo de construção de capacidade de governo é o caminho indicado para superar a atual crise da saúde.

A saúde básica é a primeira a ser expandida. É preciso buscar uma saúde preventiva. A Rede Pública de Saúde precisa investir nisso, para que um diagnóstico precoce seja possível. Hoje temos mais de 700 equipes da família, porém mais de 100 não possuem médico. Na atenção básica, continua a lentidão no atendimento. Para marcar uma consulta no plano de saúde, não se leva menos de 60 dias; na rede pública é a mesma coisa. Nos hospitais de emergência há filas de pessoas com respiradores nas macas, quando deveriam estar no CTI, mas não estão porque o sistema não se organizou para isso. A política que a Secretaria de Saúde escolheu para solucionar esse problema

foi terceirizar. Tenho pedido ao Tribunal de Contas avaliações sobre as OSs atuando na área da saúde e as primeiras avaliações mostram um insucesso completo e um encarecimento da gestão, feita sem licitação ou concurso.

É necessário aumentar o número de leitos, melhorar a ascensão médica e estender o número de concursos públicos para médicos, enfermeiros e técnicos – com salário compatível de mercado e planos de cargos, carreiras e salários, que fixem esse profissional na rede pública, para que não haja a alta rotatividade que existe hoje. O orçamento da saúde aumentou muito, quase duplicou nos últimos quatro anos, mas mesmo assim os resultados estão muito aquém do necessário. Direcionar vultosas quantias para as Organizações Sociais não me parece a melhor solução. Em 2013, o orçamento da Saúde no município do Rio será em torno de R\$4,6 bilhões, dos quais quase R\$1,5 bilhões vão ser alocados para pagar a terceirização da saúde das Organizações Sociais. Não é essa a saúde que eu prevejo como a melhor para a população carioca.

* Médico, vereador pelo PSOL no Rio de Janeiro, ex-diretor do Hospital Municipal Miguel Couto, atualmente é vice-presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal.

Todo ano a chuva tem data marcada para pegar o governo de surpresa

Por solicitação do Ministério Público Estadual, na pessoa do Procurador de Justiça **Cláudio Henrique Viana**, buscamos identificar quais são as ações da Prefeitura do Rio de Janeiro que se referem à prevenção e reparação de danos causados pelas chuvas de verão. O fator motivador, além do óbvio da citação acima, está na alegação dos governantes de “falta de dinheiro” para a realização do pedido em várias ações judiciais em curso que tratam desta questão.

Por conseguinte, foram analisadas quatro ações (Programas de Trabalho) da Geo-Rio, órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pela contenção de encostas, classificadas como medidas preventivas. E os gastos referentes às indenizações e ao aluguel social, classificados como medidas de assistência às famílias já atingidas e prejudicadas. Por fim, há um comentário sobre o significado orçamentário para remanejamento.

As fontes utilizadas foram: Sistema Fincon, Programa Anual de Trabalho 2012 e o Classificador da Receita e da Despesa 2013.

O período abrangido foi de 2008 a 2012 e o já executado entre 1º de janeiro e 5 de março de 2013.

As medidas preventivas

A ação *Estabilização Geotécnica* tem por objetivo executar obras preventivas, corretivas e emergenciais em encostas e áreas de risco, áreas de erosão acelerada, eixos viários e proteção de cais e emboques, visando garantir a segurança da população, além de atuar preventivamente minimizando ou suprimindo os problemas causados pelas chuvas de verão, e intervir com rapidez, eficiência e de forma descentralizada nas ocorrências de deslizamentos e outras situações emergenciais.

Até 2010, em média, R\$ 5 milhões eram destinados a essa ação. No mesmo ano, após os remanejamentos, a autorização alcançou a cifra de R\$ 140 milhões. Em consequência dos desastres ocorridos em 2010, a ação elevou a sua média de R\$ 5 milhões para R\$ 75 milhões. Já a média da autorização de gastos de 2011 até 2013 aumentou para R\$ 103 milhões.

A Tabela 1 evidencia que, apesar da autorização de gastos aumentar ao longo dos anos, a execução não tem a mesma evolução. Ou seja, eleva-se a autorização da despesa, porém a mesma não é utilizada em sua totalidade; a exceção fica pelo atípico ano de 2010. Até 5 de março do corrente não houve execução desta ação.

Há ainda duas outras ações com o objetivo de manter e recuperar obras antigas de estabilização de taludes (terreno inclinado) e com nomes parecidos, Manutenção e Recuperação de Obras de Contenção, sendo que uma delas está dentro do programa Conservação da Cidade. As execuções destas duas ações foram analisadas conjuntamente por compartilharem o mesmo objetivo e área de atuação, apesar de pertencerem a programas e subfunções diferentes. A taxa de execução da ação é baixa, ou seja, os gastos com a manutenção das obras de contenção são bem menores do que é autorizado no orçamento. No acumulado dos exercícios de 2008 a 2012, dos R\$ 392 milhões autorizados, apenas R\$ 9 milhões foram exe-

cutados. Para 2013, foram autorizados R\$ 85 milhões, mas sem execução até 5 de março.

Na soma das três ações supracitadas para a estabilização e manutenção de encostas, executou-se R\$ 295 milhões de 2008 a 2012. O Gráfico 1 evidencia que o maior comprometimento com essas ações foi observado em 2010, pois 49% do que estava disponível no orçamento para as ações foi utilizado. O pior índice foi em 2011, 26%, e as ações mais prejudicadas foram as de manutenção e recuperação de encostas, devido ao seu baixo grau de execução (1%). Até 5 de março de 2013, já foram autorizados e não executados R\$ 169 milhões.

Alerta Rio

O Sistema Alerta Rio, monitoramento permanente das situações de risco, tem como função o monitoramento das chuvas. Se for detectada a possibilidade de escorregamento, alertas são divulgados à população por meio da imprensa e dos órgãos municipais responsáveis pela retirada das famílias dos locais e outras ações preventivas.

Em 2008 não há registros de autorizações de gastos com a ação (Gráfico 2). Nos períodos de 2009, 2010 e 2012 a média de execução foi de 99%, no valor de R\$ 3,2 milhões. O ano de maior gasto com o Alerta Rio foi em 2011 (R\$ 6,4 milhões), porém 20% do que foi autorizado não foi executado. De 1º de janeiro a 5 de março de 2013 foram retirados do Alerta Rio R\$ 2 milhões, por meio de cancelamen-

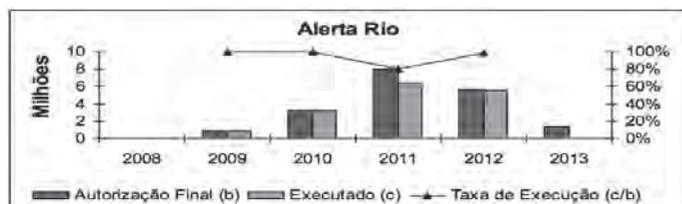
Tabela 1

ESTABILIZAÇÃO GEOTÉCNICA					
Exercício	Autorização Inicial (a)	Autorização Final (b)	Variação real da autorização (b-a)	Executado (c)	Taxa de Execução (c/b)
2008	6.597.000	4.802.677	(1.794.323)	3.566.652	74%
2009	4.518.117	8.626.726	4.108.609	5.879.147	68%
2010	5.283.526	140.430.728	135.147.202	138.418.186	99%
2011	63.148.552	95.001.433	31.852.881	47.190.145	50%
2012	77.571.438	132.614.788	55.043.350	91.337.511	69%
2013	83.939.611	83.939.611	-	-	0%
Total	241.058.244	465.415.962	224.357.718	286.391.641	62%

Gráfico 1



Gráfico 2



tos, restando R\$ 1,3 milhão para esta despesa, e não houve execução da ação até o dia 5 de março.

As medidas de assistência

Aluguel Social

O Aluguel Social está incluído nos objetivos da ação Atividades Sociais Complementares, que também objetiva promover a qualidade ambiental, a moradia e o bem estar da população, garantindo uma efetiva participação comunitária, incluindo as ações de acompanhamento social através de agentes comunitários, registros de escritura e auxílio habitacional.

No período de 2008 a 2012 foram gastos R\$ 41,5 milhões com a atividade social complementar, inclusive o aluguel social. O ano de 2011 ficou com a metade do peso nesse valor, R\$ 21 milhões. De 1 de janeiro a 5 de março de 2013, a autorização

para essa rubrica é de R\$ 8,3 milhões e a execução atinge R\$ 1,9 milhão. Se essa ação for destinada exclusivamente para o aluguel social e estabelecendo o valor de R\$ 400,00 mensais (valor amplamente divulgado) para cada família, podemos dizer que o aluguel social atinge, em média, 1.730 famílias por ano.

Indenizações

Para este item foi utilizada outra classificação orçamentária, a de natureza econômica, por não encontrarmos programas de trabalho (ações) específico. A escolha desta despesa foi por conta de acreditarmos que estão aí contabilizadas as indenizações referentes às remoções. A identificação foi por exclusão, ou seja, não foram consideradas as indenizações trabalhistas, previdenciárias etc., pois não há descrição expressa do destino.

Existe uma rubrica principal, chamada Indenizações e

Restituições, que se subdivide em outras duas. A primeira tem o mesmo nome e a segunda é denominada Realocação de Moradores de Assentamentos Populares através do Sistema Descentralizado de Pagamento (SPD).

As Indenizações e Restituições não são muito claras em sua especificação, que diz: conforme a ementa “quando de Investimentos”. Essa rubrica tem o peso de 13% no total das indenizações, e a média anual fica em R\$ 3,8 milhões. A maior participação foi em 2009, R\$ 12 milhões; em 2010, reduziu para R\$ 2,2 milhões. Não há gastos contabilizados até 5 de março.

Já a *Realocação de Moradores de Assentamentos Populares através do SPD* é especificada como “despesas previstas na ementa que exijam ações imediatas, realizadas pelo SPD nos termos da legislação vigente quando de Investimentos”. Essa rubrica tem o peso de 87% no total das indenizações, e a média anual fica em R\$ 25 milhões. Obteve maior participação em 2010, R\$ 48 milhões. Em 2013, já foram pagos R\$ 4,4 milhões até 5 de março.

De forma geral, no acumulado do período, R\$ 290 milhões foram autorizados, mas 48% não foram utilizados. Em 2013, a autorização final foi, até 5 de março, de R\$ 40 milhões, dos quais R\$ 4,4 milhões já foram pagos.

Os dados indicam que a maior concentração dos pagamentos passou para o SPD a partir de 2010, pois a primeira natureza de despesa (Indenizações e Restituições) diminuiu, enquanto a segunda (Realocação

de Moradores) cresceu. O SPD é um mecanismo criado para autorizar grandes empenhos da Secretaria de Habitação com essa finalidade, ao invés de autorizar pequenos empenhos (uma pessoa física só, por exemplo). Não é possível qualificá-los de acordo com sua orientação, se são indenizações para remoções de áreas de risco ou devido às obras de urbanização da cidade.

Remanejamento

Através da Lei Orçamentária aprovada todos os anos, a prefeitura pede ao parlamento (e consegue) uma autorização para suplementar uma dotação retirando de outra (o chamado remanejamento). Com esta autorização a prefeitura pode alterar, por decreto, 30% do orçamento. Em 2013 a autorização chega a R\$ 7 bilhões. Isso quer dizer que a autorização para uma obra preventiva de contenção de encostas pode, mesmo depois de aprovada, ser transferida para outra despesa ou ser reforçada pelo mesmo mecanismo. Enfim, é a disponibilidade financeira junto à vontade política que determina a execução (ou não) da ação pública.

Em tempo: o Diário Oficial de 25 de março anunciou o repasse de verbas federais para obras preventivas em encostas no valor de R\$ 415,5 milhões como parte dos programas Encostas 1 e 2 inseridos no Programa de Aceleração no Crescimento 2. **OBS:** Devido à qualidade e quantidade de informações do debate A Democracia em risco, o resumo será apresentado na próxima edição.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do FPO-RJ através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de colaboradores.
Colaboração: Izabel Barbosa Lima, assessora do Ver. Eliomar Coelho (PSOL).

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espinola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistente: Est. Pâmela Matos. fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

Economistas discutem planejamento de longo prazo na política econômica

■ O auditório do Corecon-RJ foi palco em 3 de abril de um debate sobre o planejamento na política econômica brasileira. O evento reuniu João Paulo de Almeida Magalhães e Reinaldo Gonçalves e marcou o lançamento do mais novo livro de Almeida Magalhães, *Crescimento clássico e crescimento retardatário: uma necessária (e urgente) estratégia de longo prazo para políticas de desenvolvimento*, da Editora Contraponto.

No livro, o eminente economista aponta as diferenças entre o crescimento clássico, aquele registrado nos países desenvolvidos, e o crescimento retardatário, registrado nos países em desenvolvimento; analisa o histórico de crescimento da economia brasileira; e ressalta a necessidade de planejamento de longo prazo na política econômica do país.

Segundo Almeida Magalhães, as autoridades brasileiras continuam a se concentrar demais em medidas

de curto prazo, que permitem apenas “voos de galinha”, ou seja, períodos muito curtos de crescimento relativamente alto, seguidos por vários anos de crescimento baixo.

É uma estratégia que prioriza o tridente controle da inflação / câmbio flutuante / superávit primário, aspectos de curto prazo, em detrimento do desenvolvimento do país em longo prazo, diz ele. Dentro dessa estratégia, as políticas de crescimento oficiais sempre esbarram no problema da inflação, e são geralmente deixadas de lado no momento em que a taxa começa a pressionar.

“Esse ‘curtoprazismo’ se manifesta em um endeusamento da meta de inflação,” disse Almeida Magalhães.

Reinaldo Gonçalves, professor do IE/UFRJ, elogiou a obra, que segundo ele tem uma “visão ecumênica” da ciência econômica, sem se prender a uma ou outra corrente de maneira radical. Gonçalves também ressaltou a



Sidney Pascutto, João Paulo de Almeida Magalhães, Reinaldo Gonçalves e Edson Peterli

importância do conhecimento de Almeida Magalhães sobre as particularidades da economia brasileira.

“Qualquer trabalho do João Paulo é rico por uma combinação ímpar de uma formação técnica rigorosa, uma visão estratégica e uma visão muito profunda da história econômica do Brasil,” disse ele.

Ao final do debate, que contou também com a participação do presidente do Corecon-RJ Sidney Pascutto e do vice-presidente Edson Peterli, Almeida Magalhães foi homenageado com uma placa em honra de sua obra e contribuição à economia brasileira.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)

REFERÊNCIAS	JAN A MAR/12	JAN A MAR/13	REFERÊNCIAS	JAN A MAR/12	JAN A MAR/13
ATIVO FINANCEIRO	6,578,641.03	6,551,406.61	PASSIVO FINANCEIRO	147,666.82	246,216.34
DISPONÍVEL	289,496.86	233,700.09	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	6,190,677.22	6,243,255.71	CONSIGNAÇÕES	6,786.30	8,047.59
REALIZÁVEL	60,913.15	36,897.01	CREDORES DA ENTIDADE	4,269.20	123,412.39
RESULTADO PENDENTE	37,553.80	37,553.80	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	136,611.32	114,756.36
ATIVO PERMANENTE	18,413,914.18	18,729,547.71	RESULTADO PENDENTE	87,242.16	140,307.08
BENS PATRIMONIAIS	1,529,803.02	1,583,555.71	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	87,242.16	140,307.08
VALORES	25,833.21	31,907.15	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	24,757,646.23	24,894,430.90
CRÉDITOS	16,858,277.95	17,114,084.85			
TOTAL GERAL	24,992,555.21	25,280,954.32	TOTAL GERAL	24,992,555.21	25,280,954.32

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS	REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A MAR/12	JAN A MAR/13	(EM R\$) (EM %)	
RECEITAS			RECEITAS	
ANUIDADES	2,521,327.08	2,610,822.30	ANUIDADES	89,495.22 3.5
PATRIMONIAL	95,019.38	81,986.63	PATRIMONIAL	(13,032.75) -13.7
SERVIÇOS	37,628.41	40,528.16	SERVIÇOS	2,899.75 7.7
MULTAS E JUROS DE MORA	525.00	1,662.90	MULTAS E JUROS DE MORA	1,137.90
DÍVIDA ATIVA	149,027.20	121,714.45	DÍVIDA ATIVA	(27,312.75) -18.3
DIVERSAS	132,179.00	91,536.74	DIVERSAS	(40,642.26) -30.7
TOTAL GERAL	2,935,706.07	2,948,251.18	TOTAL GERAL	12,545.11 0.4
DESPESAS			DESPESAS	
DE CUSTEIO	710,080.08	1,482,150.11	DE CUSTEIO	772,070.03 108.7
PESSOAL	385,295.39	1,185,382.00	PESSOAL	800,086.61 207.7
MATERIAL DE CONSUMO	8,997.26	11,206.76	MATERIAL DE CONSUMO	2,209.50 24.6
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	315,787.43	285,561.35	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(30,226.08) -9.6
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	551,163.99	565,188.48	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14,024.49 2.5
DESPESAS DE CAPITAL	4,609.23	20,102.63	DESPESAS DE CAPITAL	15,493.40 336.1
TOTAL GERAL	1,265,853.30	2,067,441.22	TOTAL GERAL	801,587.92 63.3
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	1,669,852.77	880,809.96	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(789,042.81) -47.3